



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16551 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

AS REPERCUSSÕES DO PROGRAMA “EDUCAR PRA VALER” NO COTIDIANO DOS GESTORES ESCOLARES DE OLINDA - PE

Eline Aparecida da Silva Lima - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Luciana Rosa Marques - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Raimundo Nonato Ferreira - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: NÃO

AS REPERCUSSÕES DO PROGRAMA “EDUCAR PRA VALER” NO COTIDIANO DOS GESTORES ESCOLARES DE OLINDA - PE

Palavras-chave: Programa Educar pra Valer; Gestão Escolar; Nova Gestão Pública; Política Educacional.

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo apresenta um breve panorama das repercussões do Programa “Educar pra Valer - EpV” no cotidiano dos gestores escolares, após a sua implementação no município de Olinda, em 2019. Com a finalidade de garantir a alfabetização na idade certa, o programa se alicerça na política de evidência utilizada em Sobral, que se materializa através de um extenso planejamento de intervenção pedagógica composto pelo uso de material estruturado; formação pedagógica continuada para professores, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e técnicos da Secretaria da Educação além de acompanhamento sistemático às escolas municipais da Rede de Ensino.

O EpV adotado em 48 municípios brasileiros, centrado nas turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental anos iniciais, foi instituído pela Associação Bem Comum, em parceria com a Fundação *Lemann*, em junho de 2018, tendo como objetivo consolidar o aprendizado da alfabetização até os 7 anos de idade e superar as metas do Índice de Educação da Educação

Básica - IDEB, tendo como instrumento regulador um Acordo de Cooperação Técnica. Para tanto, presta assessoria técnica e “gratuita” aos municípios partícipes, apoiando-os na implementação de “boas práticas” de gestão. Nesse contexto, há uma naturalização de práticas gestionárias que se apoiam nas determinações da Nova Direita, compreendida como junção entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo e, entre suas repercussões, a ampliação um projeto educacional antidemocrático.

Perante esse prisma, a racionalidade neoliberal, baseada na lógica empresarial, fortalece também uma das intencionalidades do programa EpV, que reverbera em “novas oportunidades” para a escola pública, forjando um processo educativo direcionado à ideologia do mercado. Este é o pensamento hegemônico dos defensores da reforma empresarial na educação e de seus financiadores.

Conforme Adrião (2022), toda essa conjuntura incide em processos de privatização da educação pública brasileira, referindo-se ao “movimento que tem direcionado a educação básica brasileira para o campo e sob o interesse do setor privado, em especial do corporativo ou de segmentos a este associado” (ADRIÃO, 2022, p. 67).

No delineamento da gestão escolar que vem se constituindo a partir da introdução dos preceitos da Nova Gestão Pública – NGP na educação, várias situações são impostas ao exercício da função, não correspondentes às atribuições originais da gestão escolar. Muitas se assemelham a uma visão empresarial, com foco em produtividade e metas pré-estabelecidas que chegam às escolas públicas através de parcerias com pacotes educativos a exemplo do Programa EpV.

Nesta perspectiva, as repercussões que uma política pública educacional passa a ter no âmbito escolar, precisa ser analisada, problematizada e repensada, no sentido de compreender as relações que se estabelecem, os conflitos e o contexto que constituem a realidade estudada (MULLER e SUREL, 2002).

Considerando que Pernambuco vem se consolidando com uma referência nacional na implementação da gestão educacional por resultados através do Programa de Modernização da Gestão Pública/Metas para Educação (PMGPE/ME), dentre tantas ferramentas explícitas e implícitas neste programa, o governo propõe uma bonificação para as equipes escolares que conseguirem alcançar as metas propostas, denominado como Bônus de Desempenho Educacional – BDE.

Dessa maneira, e em consonância com as exigências internacionais, as finalidades educacionais foram capturadas e alinhadas ao projeto neoliberal (LIBÂNEO; SANTOS; MARQUES, 2023), com foco no aumento dos indicadores educacionais, que para este fim, em Olinda foi aprovada a Lei de nº 6269/2022, intitulada de “Programa Incentiva Olinda”, a qual prevê uma premiação em pecúnia para as equipes escolares que atingirem as metas estabelecidas. Ou seja, a partir de um modelo inspirador como o PMGPE/ME, a pressão por meio dos organismos multilaterais em torno dos indicadores educacionais se estabelece um

terreno propício à valorização seletiva dos profissionais da educação que repercute na fragilização da perspectiva democrática no âmbito da gestão escolar e educacional.

Definimos como objetivo geral: analisar as repercussões do Programa “Educar para Valer”, na prática gestora das escolas públicas municipais de Olinda, e como objetivos específicos: aprofundar a compreensão sobre Nova Gestão Pública e sobre o Programa Epv; identificar as repercussões do Programa EpV na gestão das escolas e, por fim, compreender as implicações da intervenção de grupos empresariais na política educacional.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2022. Como instrumento de coleta de dados utilizamos questionário Google *Forms* com todos os gestores escolares e entrevista semiestruturadas com gestores escolares, técnicos da Secretaria de Educação e representantes do EpV. Para a Análise e tratamento dos dados utilizamos a Análise de Conteúdo (Bardin, 1988).

Entre os gestores que responderam ao Google *Forms* foi recorrente a avaliação positiva do programa EpV. Essa compreensão está associada ao tratamento da qualidade educacional e de indicadores educacionais como semelhantes, ou seja, sempre que há um aumento ou superação da meta projetada, esta incide na qualidade educacional.

Para Freitas (2018, p. 82), “os resultados das avaliações passam a guiar a vida escolar. A elevação da nota da escola é estabelecida como referência de qualidade, o que leva à ocultação do debate de suas finalidades educativas”.

Como consequência, a reforma empresarial passa a integrar a política pública educacional, evidenciando uma nova racionalidade de “boa educação”, atrelada à elevação dos indicadores expressos através das avaliações em larga escala. Assim, “a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica” (FREITAS, 2018, p. 29) e o pensamento predominante é de que,

deve-se estabelecer um processo de alinhamento das escolas com os resultados esperados, em uma dinâmica que limite, pelo menos, a lógica de funcionamento empresarial. Isso implica dispor de informações ao nível das escolas para que se possa estabelecer algum grau de planejamento e pressão sobre cada uma delas (FREITAS, 2018, p. 34).

O estudo revelou que 85% dos gestores tem sua rotina influenciada pelo EpV. A necessidade de fornecer à sociedade um indicador de qualidade do ensino se torna presente no chão das escolas, ao ponto que a realização das avaliações denota, “permitir a mobilização dos agentes escolares no sentido de ajustar suas práticas com o objetivo de melhorar os resultados” (MARQUES, 2020, p. 10).

De acordo com Lück (2009), é no universo de cada escola, com sua cultura peculiar, que atua o gestor escolar. A cultura organizacional interna à escola, suas especificidades, necessidades e recursos precisam ser considerados na elaboração de políticas públicas educacionais e, conseqüentemente, os resultados de avaliações em larga escala não devem ser utilizados como únicos instrumentos para aferir o desempenho da escola e a eficiência dos docentes e dos gestores.

Weger e Normand (2015) apontam a centralidade do gestor escolar nas configurações da escola no contexto da NGP. No arcabouço da lógica neoliberal, de estratégias gerencialistas, por meio de ferramentas da NGP, os gestores escolares, ao passo que concentram mais atribuições, de maneira implícita, são dotados de profundo processo de subordinação e dependência, “face ao poder central, concentrado e desconcentrado, sobre quem recaem, individual e imediatamente, todas as pressões políticas e administrativas”. (LIMA, 2013, p. 59). Neste aspecto, o diretor é o primeiro responsável por prestar contas do trabalho realizado na escola e, ainda, é sobre quem recaem todas as cobranças pelos resultados.

Compreendemos neste estudo, que se os gestores escolares entrevistados assumem que sua rotina sofre influência da rotina e do acompanhamento das ações previstas no programa EpV, em parte, isso justifica a “disponibilidade” e atenção dadas no cotidiano escolar a este programa.

Essa compreensão faz parte das implicações oriundas de todo um *tsunami publicitário*, por meio da política de evidência em torno dos indicadores educacionais de Sobral-CE, reforçado pelos grandes grupos de mídia, alinhados ao discurso neoliberal, pelos seus idealizadores e financiadores, em consonância com a presença constante de representantes do programa EpV nas unidades escolares, bem como dos técnicos da Secretaria de Educação reforçando esses preceitos. Como consequência, a manifestação de discursos de ordem conservadora sobre o papel e finalidades da educação escolar, presentes no cotidiano da gestão escolar, merecem uma análise mais aprofundada.

Um dos gestores entrevistados ao ser questionado a respeito dessa influência em seu cotidiano respondeu: *“às vezes até esqueço que tem outros programas, o currículo, a BNCC, tá tudo junto, mas ele acaba ocupando todo esse espaço, (risos) é como se fosse o dono do palco, porque ele tem ajudado a escola a atingir as metas”*(G1).

Sobre esse mesmo ponto, outro gestor respondeu: *“o gestor não precisa se preocupar loucamente com cópias a impressão de material [...], então o gestor fica com mais tempo de trabalhar os resultados desse material, sendo uma influência positiva”* (G2).

Esses depoimentos, revelam um pouco do dilema que gestores encaram ao pensar nos processos de responsabilização desencadeados pelas avaliações em larga escala, sobretudo em relação à ajuda que deveria vir por parte da Secretaria de Educação de Olinda, para subsidiar escolas a superarem os desafios à frente dessas avaliações. Este processo acaba

sendo flexibilizado e, como consequência, esta “ajuda” se dará por meio de controle, responsabilização simbólica e desqualificação.

As noções de desqualificação e requalificação, apontadas por Apple (1995), como situações recorrentes no trabalho docente, também se aplicam ao gestor escolar, uma vez que o mesmo é professor e acompanha o trabalho docente. O estudo das ações do EPV na prática e no seu cotidiano revela que ele precisará desempenhar novas habilidades voltadas para acompanhar, quase que exclusivamente, um programa de intervenção pedagógica, precarizando todas as outras dimensões escolares.

Os técnicos da Secretaria de Educação respondentes as entrevistas semiestruturadas, apontaram compreender que “gestores e professores têm enfatizado gostar muito do programa, apesar das críticas iniciais em relação à rotina pedagógica”, assim como, demonstraram tecer considerações a respeito de imposições verticalizadas, processos pedagógicos desrespeitosos no tempo, na cultura e nas diferentes potencialidades. O que nos leva a refletir sobre questões mais profundas, como a modernização conservadora do Estado brasileiro, que mesmo com os avanços promovidos pela CF de 1988 continuamos a viver um processo de democracia tutelada e restrita (DOURADO, 2019).

Há a ampliação de forma exponencial da cultura gerencialista através de uma concepção de gestão eficaz. A proposta de gestão defendida pelo programa tende a potencializar as habilidades de liderança e flexibilidade, fragmentando as obrigações do poder público, bem como o enfraquecimento dos princípios da gestão democrática. Logo, “é controlar estritamente os agentes públicos para aumentar o comprometimento com trabalho. Espera-se deles muito mais a obtenção de resultados (contabilizados como empresa privada) do que respeito aos procedimentos funcionais” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 134).

Entre os representantes do EpV foi apontado, através das entrevistas semiestruturadas, a política de comprometimento e o acompanhamento pedagógico como ferramentas essenciais para que os objetivos, prazos e metas do programa sejam alcançados.

O objetivo do EpV de “elevar o percentual de alunos no nível adequado em língua portuguesa e matemática e ‘superar’ a meta IDEB”, não tem sido alcançado em Olinda. Podemos inferir que o movimento está acontecendo de maneira inversa, pois, o município tem demonstrado maiores avanços nos indicadores educacionais e níveis de proficiência nos anos finais, etapa de ensino onde o programa não dispõe de pacote de intervenção pedagógica. Inferimos também que este resultado vai na contramão dos resultados apontados em nível nacional e estadual.

A Secretaria de Educação, como estratégia de recomposição das aprendizagens nos componentes curriculares de língua portuguesa e matemática, em setembro de 2021, no retorno às aulas presenciais em decorrência da COVID-19, criou o Projeto Reconecta Saberes. Gestado e organizado através do próprio corpo técnico-pedagógico da Secretária de Educação, o projeto tem como público-alvo todos os estudantes do 9º ano matriculados na

Rede Municipal.

A estratégia utilizada pelo projeto foi de contratar professores para que os estudantes tivessem aulas no contraturno, bem como aulões nucleados aos sábados. As comparações entre os exames de 2019 e 2021, revelaram acréscimo nas proficiências em língua Portuguesa de 25% e em matemática de 17%. Por outro lado, nas turmas de anos iniciais referente ao 5º ano, observou-se um decréscimo de 32% em língua portuguesa e 24% em matemática.

Outro ponto importante em relação ao Projeto Reconecta Saberes é que, para além de trabalhar na recomposição das aprendizagens, **dos** ainda fomenta ações integradas com outras instituições de maneira intersetorial, realizando parcerias para retirada de documento como Registro Geral - RG. Nessa perspectiva, o projeto contribui com a formação cidadã, a ascensão social e a dignidade dos jovens olindenses.

Assim, partindo do princípio que a melhoria da qualidade educacional envolve questões que vão além das práticas pedagógicas vivenciadas em sala, todo e qualquer movimento, em torno de minimizar as problemáticas que envolvem elementos de ordem socioeconômica, territorialidade e as mais diversas desigualdades, tem uma repercussão diferente na vida daqueles que são primeiramente impactados com esta política, e sim, é um indicativo de qualidade educacional, diferentemente do modelo orquestrado pelo EpV.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo apontou que o gestor escolar é sobrecarregado com funções administrativas e não tem tempo para pensar o quão desqualificado o seu papel torna-se na visão de programas como o EpV. Os gestores escolares de Olinda praticamente estão trabalhando para esta extensa pauta de intervenção, de modo que têm sua autonomia controlada e um comprometimento coagido.

O Discurso da nova direita traz no cerne de suas bandeiras a ressignificação de muitas palavras democráticas e progressistas, o que camufla os seus propósitos. De certo, há um o hibridismo na concepção de gestão escolar que vem se constituindo no âmbito dessas relações, ou seja, o fato do gestor escolar da escola pública, em específico de Olinda, ao ser formado (através das formações continuadas) e acompanhado (com visitas *in loco*) pelo setor privado ou segmento associado contribui para a aceitação e conformismo dessa racionalidade sem grandes resistências.

Vale ressaltar também que esta política de bonificação aos profissionais da educação fortemente defendida pela Associação Bem Comum, tem fortalecido a gestão por resultados que incide em processos de *accountability*, fundamentado em três pilares que vão se harmonizando na literatura, a avaliação (testes), a prestação de contas (divulgação pública

do desempenho) e a responsabilização (premiação e penalização).

Constatamos a violação de um direito, no que diz respeito à priorização curricular para os componentes curriculares de Língua portuguesa e Matemática no âmbito da rotina escolar proposta pelo EpV. Simultaneamente, a proposta de intervenção pedagógica do EPV apresenta uma dicotomia. Se por um lado o programa demonstra consideráveis resultados no sentido de contribuir para uma racionalidade de controle perante os processos pedagógicos, por outro, a proposta não cumpre com o objetivo de aumentar o IDEB em Olinda nos anos iniciais.

A proposição subjacente da reforma empresarial nos encaminha para o que compreendemos ser uma estratégia de responsabilização dos indivíduos que não os torna apenas responsáveis: eles devem responder por seu comportamento, a partir de escalas de medida estabelecidas.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990** [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2022.

APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médica, 1995

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Traduzido por Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40, e0224639, 2019.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão popular, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Fabiano Antonio dos; MARQUES, Hellen Jaqueline. As finalidades educativas e a formação de professores no Brasil: por uma escola socialmente justa. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 25, n. 00, p. e023061, 2023.

LIMA, L. Diretor (a) de escola pública: unipessoalidade e concentração do poder no quadro de uma relação subordinada. In: PERONI, V. (Org.) **Redefinições das Fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013. pp 58-81.

LÜCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 9º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARQUES, L.R. Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de Goiás. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e69772, 2020.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. trad. Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

OLIVEIRA, D. A. A nova gestão pública no contexto escolar e o dilema dos (as) diretores (as). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 33, n. 3, p. 707-726, set.-dez., 2017.

VERGER, A. NORMAND, R. Nueva gestión pública e educacion: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de um modelo de reforma educativa global. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015.